

Tecnologias do quintal de casa



Diálogos sobre metodologias alternativas de **apropriação tecnológica** com lideranças comunitárias de Belo Horizonte e região metropolitana



Tecnologias do quintal de casa

AUTORIA

Ana Bárbara Gomes Pereira
Fernanda dos Santos Rodrigues Silva
Júlia Maria Caldeira Gertrudes
Júlia Tereza Rodrigues Koole
Luisa Melo

REVISÃO

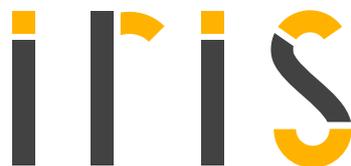
Cindyneia Ramos Cantanhêde
Luiza Mesquita

PROJETO GRÁFICO, CAPA, DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO

Felipe Duarte
Imagens de capa: freepik.com

COMO CITAR EM ABNT

PEREIRA, Ana Bárbara Gomes; SILVA, Fernanda dos Santos Rodrigues; GERTRUDES, Júlia Maria Caldeira; KOOLE, Júlia Tereza Rodrigues; MELLO, Luisa. **Tecnologias do quintal de casa**: diálogos sobre metodologias alternativas de apropriação tecnológica com lideranças comunitárias de Belo Horizonte e região metropolitana. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/3SvASlh>. Acesso em: dd mmm aaaa.



INSTITUTO
DE REFERÊNCIA
EM INTERNET
E SOCIEDADE

DIREÇÃO

Ana Bárbara Gomes
Paloma Rocillo

MEMBROS

Felipe Duarte | Coordenador de Comunicação
Fernanda Rodrigues | Coordenadora de Pesquisa e Pesquisadora
Luisa Melo | Estagiária de pesquisa
Luiza Correa de Magalhães Dutra | Pesquisadora
Paulo Rená da Silva Santarém | Pesquisador
Vitória Santos | Pesquisadora
Wilson Guilherme | Pesquisadore

irisbh.com.br

saberes
em rede

Esta publicação faz parte do projeto Saberes Em Rede:
conectando raízes à governança da internet.

[Conheça o projeto e suas demais publicações aqui!](#)



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
1. O QUE É TECNOLOGIA?	6
2. METODOLOGIA	7
3. TECNOLOGIAS DO QUINTAL DE CASA	9
4. A NOSSA INTERNET TEM DONO?	19
5. “POSSO TRAZER MAIS UMA PESSOA DA COMUNIDADE”? COMPARTILHANDO CONHECIMENTOS SOBRE GOVERNANÇA DA INTERNET	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

Apresentação

O Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS) é um centro de pesquisa independente e interdisciplinar fundado em 2015. O IRIS produz e comunica conhecimento científico sobre os temas de Internet e sociedade, bem como defende e fomenta políticas públicas que avancem os direitos humanos na área digital. Ao trazer insumos científicos aos usuários da internet e aos diferentes setores que compõem a sociedade, o Instituto busca qualificar e democratizar os debates sobre internet, sociedade e novas tecnologias digitais.

Na pauta de governança social da tecnologia, com apoio da Escola de Governança da Internet (EGI), iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), o IRIS executa o projeto **Saberes em rede: conectando raízes à governança da internet**, a fim de aproximar, fortalecer e aliar conhecimentos de lideranças comunitárias à governança da internet a partir de pesquisas, materiais pedagógicos e estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem.

A parte inicial do projeto se deu por meio de um grupo de estudos sobre metodologias alternativas de apropriação tecnológica em comunidades, que aconteceu entre representantes da EGI, pesquisadoras do IRIS e oito lideranças comunitárias de Belo Horizonte e região metropolitana. O grupo buscou transversalizar e borrar as fronteiras entre conhecimentos populares e acadêmicos, abordando a incorporação de tecnologias digitais nas comunidades e em seus diferentes contextos. Esta investigação levou em consideração a importância de enaltecer as especificidades de comunidades vulnerabilizadas, utilizando-se da diversidade de saberes que cada uma resguarda em suas vivências, para a co-criação de novos conhecimentos sobre Governança da Internet. Este relatório traz o resultado das principais discussões realizadas.

O projeto ainda conta com um mapeamento científico de metodologias ativas de aprendizagem¹, tendo como propósito identificar formas não hegemônicas de compartilhamento de conhecimento, buscando contribuir, para isso, com a construção de uma perspectiva de protagonismo das próprias comunidades no processo de troca de conhecimento.

Também fez parte do projeto a realização de uma mini edição da Escola de Governança da Internet (EGI), evento que aconteceu na cidade de Belo Horizonte (MG) em março de 2025, e contou com a participação de representantes do CGI.br. O mini curso teve como público as lideranças comunitárias da cidade, e se baseou no objetivo principal do projeto, de promover o engajamento comunitário na Governança da Internet, contribuindo para torná-la mais diversa, qualificada e alinhada com demandas sociais.

1 Este mapeamento foi realizado em paralelo aos encontros do grupo de estudos, e será consolidado e devidamente divulgado como um trabalho individual, que compõe o resultado do projeto.

Por fim, serão realizadas oficinas para elaboração de propostas de workshops a serem submetidos ao Fórum da Internet no Brasil (FIB). A ação visa explorar as metodologias de aprendizagem e de apropriação tecnológica pesquisadas para o mapeamento, a fim de motivar o engajamento de lideranças comunitárias de Belo Horizonte em um dos eventos mais importantes de Governança da Internet no Brasil.

1. O que é tecnologia?

Ao ler essa pergunta, é normal logo pensar em celulares, cabos de internet e computadores. Mas e quanto a objetos, técnicas e conhecimentos que estão presentes no dia-a-dia, mas que não são digitais? O fogão à lenha, um jeito determinado de ensinar, a técnica para testar o ponto de um alimento ou mesmo o cocar de um grupo indígena. Esses exemplos evocam não apenas maneiras tradicionais de se solucionar desafios ou promover facilidades, mas também são conhecimentos que foram construídos, trocados e cultivados por mães, pais, filhos, avós e avôs ao longo dos anos, viajando através da oralidade e da partilha.

Essas tecnologias já estavam aqui desde antes da chegada dos computadores e celulares às nossas casas, compondo a teia social fora da lógica única das cidades, do mundo corporativo e urbano. Apesar disso, quando pensamos em tecnologias, normalmente não é das comunidades indígenas que lembramos, nem do conhecimento de nossas avós sobre o ponto de um alimento. Muito pelo contrário, o nosso imaginário tecnológico hoje tem se construído a partir da onipresença das ditas novas tecnologias digitais, cujas formas de funcionar e atuar em sociedade são estabelecidas em ambientes externos ao nosso dia a dia, evidenciando ainda mais a dificuldade das pessoas de se verem protagonistas e parte deste processo de construção. No final das contas, o cenário é quase paradoxal: apesar de imbricadas em nossa rotina e significativamente próximas de nossa realidade, a Internet e outras tecnologias digitais ainda permanecem distantes quando pensamos sobre quem é responsável por sua criação, desenvolvimento e controle.

Essas foram algumas das inquietações que conduziram os quatro encontros mensais do grupo de estudos realizado com lideranças comunitárias da região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, entre os meses de novembro de 2024 e fevereiro de 2025. Antes de propor um curso sobre governança da internet, nos moldes mais tradicionais de transmissão de conhecimento, demos um passo atrás para buscar compreender os saberes que estas comunidades possuíam não somente sobre tecnologias digitais, mas sobre tecnologia enquanto artefato, enquanto técnica, enquanto algo que existe para além da internet e que serve, muitas vezes, como mecanismo de sobrevivência e resistência.

O objetivo, desde o início, foi propor dinâmicas e discussões que fizessem as lideranças contarem sobre suas realidades e compreensões, a fim de construir, em conjunto, novos

entendimentos, distintos do mundo fechado e impositivo das tecnologias puramente digitais do dia-a-dia. Cada encontro contou com uma determinada temática, construída de forma exclusiva pela equipe de pesquisa, indo desde diálogos sobre tecnologias sociais e compartilhamento de tecnologias em comunidades, até questões sobre a gestão e formas de participação na Governança da Internet brasileira.

Assim, o presente documento é a narração dos debates ocorridos, dos temas trabalhados e das ideias construídas nos quatro encontros realizados. Ele não segue uma ordem cronológica, mas representa uma costura das temáticas crítico-afetivas construídas, nas quais combinamos os questionamentos e os temas propostos do grupo de estudos às memórias e vivências compartilhadas por todos os participantes.

No lugar de uma escrita científica usual e hegemônica, que insiste em nomear sujeitos e objetos de pesquisa como entidades quase que antagônicas, a opção pela escrita narrativa busca romper com uma tradição cartesiana e apostar na prosa como mecanismo de insurgência - ou melhor, como forma de apropriação não da tecnologia, mas das vivências e saberes compartilhados. A partir desta construção, o relatório enseja contribuir sobre os conhecimentos da governança da internet, por meio da cocriação com as lideranças comunitárias de saberes que integram o ancestral, cotidiano e comunal com o técnico, digital e político. E você, cara pessoa leitora, é nossa convidada para percorrer essa jornada.

2. Metodologia

Como já mencionamos anteriormente, foram realizados quatro encontros mensais, entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025. As temáticas propostas para cada encontro foram construídas pela equipe envolvida no projeto, do Instituto de Referência em Internet e Sociedade, e da Escola de Governança da Internet no Brasil.

A partir disso, os encontros abordaram os seguintes temas:

- **1º encontro (11/2024)**, realizamos uma discussão inicial sobre tecnologias sociais na comunidade de cada participante. Abrimos o debate sobre o que é tecnologia e qual a diferença entre tecnologias tradicionais do território de cada comunidade, como instrumentos de cozinha, ferramentas, conhecimento sobre agricultura e tecnologias eletroeletrônicas, como *smartphones*, *tablets* e eletrodomésticos.
- **2º encontro (12/2024)**, desenvolvemos um jogo de tabuleiro chamado “Redes no Brasil”, a fim de expor ludicamente como funciona a dinâmica da oferta de infraestrutura da Internet e a atuação de empresas provedoras de rede. O jogo serviu como mote para criticar a atual lógica mercadológica que permeia a distribuição de Internet brasileira, e pensar

nos esforços que cada comunidade pode fazer no sentido de desenvolver sua própria infraestrutura de comunicação.

- **3º encontro (01/25)**, abordamos a criação e manutenção de memórias ancestrais nas comunidades dos participantes, investigando se elas utilizam tecnologias digitais e plataformas neste processo, e o que cada uma compartilha nas redes. Conversamos também sobre o uso da tecnologia para denúncias e como uma ferramenta para a resistência dos territórios.
- **4º encontro (02/2025)**, nosso tema principal foi a governança da internet brasileira. Instigamos a imaginação das lideranças convidadas com perguntas como “Quem controla a internet?”; “De onde ela vem?”; “Dá pra alguém ‘desligar’ a internet do mundo?” e desta vez as participantes do CGI.br que protagonizaram o encontro, trazendo seu conhecimento e aprofundando sobre a atuação do CGI.br.
- Pensando nisso, o presente relatório busca costurar os conhecimentos compartilhados, traçando uma agulha entre os pontos que conectam cada encontro e cada fala. Assim, ele se divide entre os seguintes capítulos:
- **Tecnologias do quintal de casa.** O que se entende por tecnologia e como as lideranças utilizam a tecnologia para memória e denúncia.
- **A nossa Internet tem dono?** Como a infraestrutura de Internet é disponibilizada no Brasil, como se dá a sua Governança, e como as lideranças comunitárias podem influenciar nela.
- **Posso trazer mais uma pessoa da comunidade?** Como compartilhar os conhecimentos sobre governança da internet e ampliar a participação de comunidades na discussão.
- A escrita do relatório, por sua vez, propõe uma abordagem no formato de narrativa, seja para honrar tradições ancestrais que detinham a oralidade como verdadeira tecnologia, seja para poder traçar encruzilhadas entre as discussões que ocorreram durante os quatro encontros.

3. Tecnologias do quintal de casa

A partir do momento em que falamos sobre apropriação digital e os processos envolvidos na Governança da Internet e nos demais recursos de tecnologia que permeiam a vida social, precisamos antes pensar o que é a tecnologia: é um *smartphone* conectado à Internet? Uma câmera digital sendo utilizada para registrar um terreno rural? As lâmpadas inteligentes de um apartamento que podem ser ligadas ou desligadas a partir de um dispositivo móvel? Ou é o segredo passado de geração em geração em uma família de agricultores sobre estações e épocas de colheita?

A ideia de tecnologia no século XXI está quase sempre atrelada ao que é digital. No entanto, a sua construção vem de muito tempo antes e, como a própria origem da palavra indica, remete ao conhecimento, ou conjunto de saberes, envolvido no fazer humano, no desenvolvimento de uma (nova) habilidade. Ou seja, está relacionada a um tempo muito anterior, desde o momento em que o ser humano foi capaz, por exemplo, de acender a primeira fogueira ou de lascar a primeira pedra para utilizar como instrumento de caça. Limitar a tecnologia ao que é digital é retirar tudo o que ela tem de história para nos contar. Uma história que é sobre eu, você e como todos nós chegamos até aqui enquanto sociedade.

No vídeo “Olhos de Erê”,² produzido em Belo Horizonte, o jovem Luan mostra como é sua vida no Quilombo Manzo, um dos territórios mais tradicionais da cidade e frequentemente ameaçado por interesses econômicos e exploratórios.³ Segurando a câmera do celular com a mesma intenção de um cinegrafista que deseja representar o mundo da forma como o vê, Luan passa pelo quilombo, e principalmente pela terreira que lá existe, descrevendo todos os itens que vão sendo gravados, contando para que servem, de quem são e por que estão ali. Nem sempre são dados muitos detalhes sobre cada peça, mas o envolvimento do menino negro com o cenário, os objetos e as pessoas que aparecem é o que torna a filmagem uma representação única de um modo de ver e viver a vida na comunidade.

Este vídeo foi apresentado logo no primeiro encontro do grupo de estudos para tensionar o conceito de tecnologia. Enquanto exibido, as pessoas foram motivadas a anotar quais objetos e instrumentos apresentados pelo jovem Luan poderiam ser classificados como tecnologia. Como um bingo de possibilidades, foram registrados aparelhos domésticos,

2 EDUKA KILOMBU. **Olhos de Erê**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=l4W_h2AiG8&ab_channel=EdukaKilombu. Acesso em: 4 abr. 2025.

3 “A mineração na Serra do Curral ameaça a comunidade quilombola Manzo Nzungo Kaiango, que fica no Bairro Santa Efigênia, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a pouco menos de 3 km do local onde será instalado o complexo minerário da Tamisa, na Serra do Curral. A comunidade existe desde 1970 e conta com 13 famílias e 42 pessoas. Ela foi reconhecida como patrimônio imaterial de Minas Gerais desde 2018 e patrimônio de Belo Horizonte desde 2013”. In: OLIVEIRA, Natália. Mineração na Serra do Curral ameaça comunidade quilombola de 52 anos, em BH. **O Tempo**, 10 mai. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/mineracao-na-serra-do-curral-ameaca-comunidade-quilombola-de-52-anos-em-bh-1.2666193>. Acesso em: 4 abr. 2025.

móveis, vestimentas, objetos sagrados e muitos outros itens. A variedade de registros representa o que chamou a atenção no olhar de cada pessoa, e expõe a pluralidade de olhares e saberes ali presentes.



*“É tecnologia ancestral, como dizem os quilombolas, o atabaque, a cestaria, **veio antes do conhecimento tecnológico**. Passa de pai pra filho. Até a cantiga que o Luan canta é ancestral - agora a internet coloca ela em público, antes era transmitido de forma oral. É tecnológico e ancestral”.*

Tatiane de Oliveira, liderança do Quilombo das Mangueiras (grifo nosso).

Para Maria Cristina, liderança da comunidade Granja de Freitas, o mesmo se pode dizer do fazer dos fios de conta como tecnologia:⁴ ainda que não seja digital, a forma de se fazer é tecnológica, o que foi reforçado pelos outros participantes. O processo de escolher as contas, prepará-las, furá-las e montar os colares de miçangas, apresentados no vídeo, é baseado em um saber não intuitivo e que envolve uma técnica.

Gabriel Queiroga, morador do aglomerado da Serra, comentou como até um tempo atrás considerava tecnologia tudo o que era eletrônico. No entanto, reconheceu na fala de Maria Cristina a complexidade que existe no fazer dos fios de conta, e sobretudo no sistema de categorias que envolve as guias que se formam deste fazer, definindo quem pode tocá-las, usá-las ou produzi-las. Ao refletir sobre isso, Gabriel concluiu que envolve uma complexidade tão grande quanto ligar um computador e conectá-lo à Internet.

Mas não foram somente os objetos sagrados do vídeo que chamaram atenção. Eni Carajá, liderança do movimento de indígenas no contexto urbano, marcou como tecnologia o galão de água mineral acoplado a um filtro, que aparece no vídeo. Apesar de ser um objeto comum, Eni destaca a diferença em ter a água conservada e vendida, ao invés de coletada da nascente. Tatiane complementou, descrevendo como a prática de encontrar e preservar água das nascentes ocorre até hoje na sua comunidade, que ainda bebe da nascente perto de casa. A fala de ambos pareceu demonstrar o quanto passado e

4 “Confeccionado de miçangas sintéticas nas cores de cada Divindade, o fio de contas faz parte indumentária ritualística do Candomblé e simboliza cargos ou Nações (etnias) de Candomblé. (...) Na Umbanda os colares ritualísticos recebem o nome de guia, por representarem a Entidade ou Guia Espiritual de cada religioso”. Veja mais em: OXALÁ, Pai Paulo de. A importância das Guias e dos Fios de contas. **Jornal Extra**, 5 set. 2014. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pai-paulo-de-oxala/a-importancia-das-guias-dos-fios-de-contas-13837673.html>. Acesso em: 3 abr. 2025.

presente podem coexistir, demonstrando que avançar para novas formas de se relacionar com a natureza e seus recursos não significa abandonar as antigas.

Generosa Costa, liderança da comunidade Vila Acaba-Mundo, revelou considerar o plantio uma tecnologia e, ainda, que utiliza as folhas que planta para fazer chás e curar machucados. Disse que quem ensinou a ela o manuseio e aplicação das plantas foi a mãe e que, apesar de não saber rezar, as usa e compartilha com outras pessoas, aludindo à tradicional atuação de benzedadeiras e raizeiras. Este trecho de nossa conversa revela uma parte essencialmente humana da técnica e da tecnologia: os instrumentos existem, mas são as pessoas que dão sentido a eles, por meio da forma como operacionalizam as suas funções. E mesmo na ausência de conhecimento prévio, neste caso, sobre como rezar, Generosa demonstra que é possível se apropriar e dar um novo sentido à matéria.

Notamos que se tornou comum nos nossos encontros a partilha de histórias pessoais como essas, reforçando o quanto cada uma das lideranças tinha seu próprio “causo” tecnológico, ainda que não fosse digital. Maria Cristina falou da técnica de passar sabão com barro ou cinzas para evitar que a panela fique “preta” ao utilizar o fogão à lenha. Ela nos contou que seu fogão elétrico é “mantido branquinho com o uso do barro”, e que essa prática é também memória afetiva.

Ao final do primeiro encontro, todo o grupo ficou com a tarefa de trazer uma tecnologia que fosse única de sua comunidade ou de sua vida, ou seja, que fossem características de sua vivência e território. Chegando o dia, tivemos uma sorte de objetos, tecnologias e técnicas apresentados: um pente de ferro para alisar os cabelos, um cocar, um colar, um aplicativo de celular, um banquinho, técnicas de cozinhar, de plantar, de curar e até de construir um fogão a lenha.

Maria Cristina voltou a mencionar o fogão à lenha, destacando-o como uma tecnologia ancestral, ainda usada principalmente nos territórios periféricos, por pessoas que não possuem condições financeiras para comprar gás. Sua fala é um relato e testemunho da realidade das populações periurbanas e rurais, mostrando a força que seus saberes trazem, inclusive em tempos de crises, como de escassez de recursos.⁵

Eni escolheu apresentar seu cocar e seus colares. Estes possuíam uma mistura com elementos da cultura hippie, mas o cocar ele revelou ser tradicional da cultura indígena pataxó. As sementes que o formavam eram de açaí e as penas, escolhidas seguindo uma lógica própria: a pena central é do pajé (o grande espírito consagrado) e as demais representavam uma comunidade ou pessoa, com suas diferenças de linguagem. Ao colocar na cabeça, Eni afirma que pode parecer apenas um chapéu para as outras pessoas, mas para ele é um símbolo de representatividade. Mais do que isso, os cocares

5 O preço do gás, por exemplo, tem sido um item de frequente picos de alta no preço nos últimos anos. Veja mais em: GÁS de cozinha fica 10,5% mais caro a partir desta sexta-feira; preço médio pode chegar a R\$150. **G1 BA e TV Bahia**, 1 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/11/01/reajuste-no-valor-do-gas-de-cozinha-na-bahia.ghtml>

significariam um símbolo de resistência e subsistência, sendo comercializados por outros parentes⁶ pelo Brasil.

Além disso, a referida liderança destacou o preconceito que parte da sociedade expressa sobre a relação de comunidades indígenas com tecnologias digitais. Trata-se de uma realidade muito comum para criadores de conteúdo indígenas, por exemplo, que utilizam redes sociais para disseminar informações sobre suas comunidades, mas recebem comentários ofensivos, desqualificando a sua identidade pelo simples fato de serem capazes de se apropriar do ambiente digital.⁷ Parece um discurso que insiste em negar direitos de cidadania para um povo já historicamente perseguido e excluído.



Na sua vez, Cândido Júnior, membro do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, ponderou que o desafio é justamente a apropriação de tecnologias digitais, como forma de impulsionar o desenvolvimento de sua própria resistência. Na comunidade de Belo Horizonte, o seu grupo conseguiu articular uma rede comunitária com o uso de wifi, o que reforçou o próprio sentimento de coletividade e de que “um povo unido pode conseguir as coisas”.

Em referência a esta mesma conquista, logo no primeiro encontro, ele já havia afirmado que se “conseguimos fazer um wifi, o que mais a gente não consegue fazer”? A frase emblemática joga luz sobre o quanto não se trata apenas da apropriação de uma ferramenta, senão também de um símbolo de emancipação daquela comunidade.

Cândido ainda contou sobre a plataforma que o coletivo desenvolveu em São Paulo, para que seus associados conseguissem melhores empregos. Chamado de *Contrate Quem Luta*⁸, é um site de oferta de empregos, em que pessoas físicas ou empresas podem buscar por serviços ou profissionais disponíveis na comunidade cadastrada na plataforma, ampliando a oportunidade de trabalho. A iniciativa parece desafiar o modelo de negócio adotado por aplicativos de grandes plataformas privadas, cuja lógica tem a precarização do trabalho como objeto de funcionamento e a exploração do trabalhador como fonte de renda de seus negócios. Cândido se contrapõe a este modelo,

6 “É comum que indígenas de povos distintos tratem uns aos outros pelo termo “parente”, mesmo não havendo laço consanguíneo direto. Trata-se de uma categoria nativa, através da qual os representantes de diferentes povos reconhecem-se uns aos outros enquanto indígenas.” In: VALVERDE, Ricardo. Glossário de Termos Indígenas. **Agência Focruz de Notícias**, 2 fev. 2023. Disponível em: <https://agencia.focruz.br/glossario-de-termos-indigenas#:~:text=O%20termo%20parente%20n%C3%A3o%20significa,povos%20diante%20da%20sociedade%20global>. Acesso em: 2 abr. 2025.

7 LEMOS, Vinicius. 'Pensam que deixo de ser indígena por usar smartphone': jovem Xavante cria canal no YouTube para combater preconceito. **Época Negócios**, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2018/12/pensam-que-deixo-de-ser-indigena-por-usar-smartphone-jovem-xavante-cria-canal-no-youtube-para-combater-preconceito.html>. Acesso em: 2 abr. 2025.

8 Saiba mais em: <https://contratequemluta.com/>.

apresentando o *Contrate quem Luta* como uma forma de dar oportunidades para quem precisa, sem intermediários, e a partir de uma tecnologia que foi desenvolvida pelo próprio grupo, para atender às suas próprias necessidades. Mesmo que o processo pelo aplicativo seja automatizado, antes dele é necessário que as pessoas da comunidade sejam ouvidas sobre quais suas profissões e habilidades. Isso faz com que se criem conexões entre moradores e lideranças: a formação de um vínculo que traduz mais uma experiência eminentemente humana em torno da tecnologia.

Essa dualidade em torno do que é digital também foi profundamente sentida na colocação de Generosa. A liderança destacou que a oralidade era um traço muito forte da sua comunidade: seja pela fala ou distribuição de cartazes e papeis, as pessoas se comunicavam antes de forma mais direta e pessoal. Hoje em dia, apesar de ter facilitado o contato entre moradores e líderes, aplicativos como Whatsapp e Facebook teriam assumido o papel de principais canais de comunicação, distanciando um contato que antes era predominantemente presencial. E vai além, Generosa revela que a adoção do ambiente digital acabou impondo um silêncio que esconde um problema maior, o das pessoas que sequer conseguem participar das decisões comunitárias por não possuírem conhecimento ou as condições necessárias para acessar aplicativos de mensageria e redes sociais.

Por fim, Gabriel propôs mais uma expansão à ideia de tecnologia. A liderança trouxe a reflexão de que formas de organização e auto organização das comunidades também podem ser consideradas formas tecnológicas de produção de conhecimento. Nesse aspecto, mencionou as vivências e oficinas oferecidas no Aglomerado da Serra: dentro de um território periférico, mesmo com limitação de recursos, destacou o papel de atividades voltadas à cultura, como dança e música, e à transmissão desse conhecimento entre os moradores da região. Uma ação que pode potencializar talentos locais e contribuir para a inovação.

Em maior ou menor grau, todos os exemplos apresentados pelas lideranças demonstraram a existência de uma profunda relação entre tecnologia, em seu significado mais amplo, com formas de resistência. Neste sentido, constituem-se aparatos que representam maneiras de ver e viver o mundo, sobrevivendo com o passar do tempo ou que surgem com ele, como mensagens de adaptação dessas comunidades, comunicando sua força e sua resiliência.

3.1. Tecnologias de memória e resistência

Foto da cerimônia de celebração do retorno do Manto Tupinambá ao Brasil.



Fonte: Reprodução Wikimedia Commons, CC BY-SA 2.0.⁹

No segundo semestre de 2024, o Brasil comemorou o retorno do Manto Tupinambá ao país - o objeto nacional estava em exposição em território estrangeiro, na Dinamarca, e denotava os efeitos ainda sentidos de uma expropriação predatória dos recursos brasileiros na época colonialista. A etnia tupinambá aguardava o manto ansiosamente, planejando detalhes de uma cerimônia de recepção, importante para o bem do próprio manto e da comunidade. No entanto, o objeto, que representa um ancestral vivo e espiritual para sua etnia, não foi recebido da forma como seu povo gostaria.¹⁰ O Conselho Indígena Tupinambá de Olivença afirmou ter sido impedido de recebê-lo logo no momento de sua chegada ao Brasil, antes que ele fosse exposto publicamente.¹¹ Somente meses

9 Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:12.09.2024_-_Cerim%C3%B4nia_de_celebra%C3%A7%C3%A3o_do_retorno_do_Manto_Tupinamb%C3%A1_ao_Brasil_\(53990802551\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:12.09.2024_-_Cerim%C3%B4nia_de_celebra%C3%A7%C3%A3o_do_retorno_do_Manto_Tupinamb%C3%A1_ao_Brasil_(53990802551).jpg). Acesso em: 3 abr. 2025.

10 SERPA, Verônica. Indígenas foram impedidos de receber Manto Tupinambá, aponta denúncia. **Alma Preta Jornalismo**, 12 jul. 2024.. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/indigenas-foram-impedidos-de-recepcionar-manto-tupinamba-aponta-denuncia/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

11 ABDALA, Vitor. Tupinambás reencontram manto sagrado no Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, 9 set. 2024.. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/tupinambas-reencontram->

depois, quando já estava no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é que o povo Tupinambá pôde encontrá-lo e fazer seus rituais.

Não é por acaso que trouxemos esse exemplo para iniciar esta seção. Apropriações indevidas de símbolos, culturas e tradições não são casos isolados e refletem práticas colonialistas de exploração de povos tradicionais e originários. Este cenário nos fez refletir até que ponto a tecnologia digital pode realmente ser uma ferramenta de empoderamento para as comunidades, e serviu como base para o planejamento para dois temas que compuseram parte do terceiro encontro: a tecnologia como meio de resguardar memórias e a tecnologia como meio de denúncia. E para além disso, de que forma é possível traçar estratégias de resistência com o uso delas, que não acabem por esvaziar conhecimentos sagrados e únicos.

A conversa foi iniciada com a apresentação de iniciativas populares, que fomentaram a discussão de como cada líder utilizava a rede para construir o acervo de memórias da comunidade. Começamos trazendo exemplos de iniciativas que valorizavam a cultura e a articulação coletivas. O primeiro caso foi o *Cio da Terra*,¹² um coletivo que mantém um site com uma linha do tempo para registrar e preservar sua cultura. O outro foi a *Teia dos Povos*,¹³ uma rede que reúne comunidades indígenas, em que destacamos oficinas realizadas, banners e atividades divulgadas no site do grupo.

Gabriel, interessado, perguntou mais sobre a *Teia dos Povos*. Yolis Lion, liderança indígena em situação de retomada de territórios¹⁴ e que faz parte do coletivo, explicou que eles têm um grupo no WhatsApp em Minas Gerais, mas atuam para além do estado. De acordo com Yolis, a rede realiza trabalhos em quilombos e colabora com diversas outras comunidades, incluindo grupos ligados à agroecologia. A nova menção ao aplicativo de mensageria chama a atenção por demonstrar a importância de formas rápidas de comunicação entre comunidades que desejam se articular. Essa percepção nos desafia a pensar de que modo podemos tecer outras estratégias que não passem necessariamente por serviços prestados por grandes plataformas.

Num segundo momento, foram exibidos exemplos de uso da Internet por comunidades, explorando a divulgação de fotografias de entidades incorporadas, o que suscitou opiniões divergentes. Ao contrário do que era exibido, tanto Tatiane quanto Gabriel e Yolis revelaram que seus terreiros e comunidades não permitiam fotografias durante rituais sagrados. A diferença nos costumes dessas comunidades mostra que seria um erro buscar consensos sobre a forma de uso dos recursos tecnológicos para a proteção da memória, diante das múltiplas diversidades que o Brasil comporta.

[manto-sagrado-no-rio-de-janeiro](#). Acesso em: 3 abr. 2025.

12 Saiba mais em: <https://arteesororidade.com.br/o-cio-da-terra/>.

13 Saiba mais em: <https://teiadospovos.org/>.

14 A Retomada Terra Mãe é um movimento de luta e resistência indígena na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Betim. Veja mais em: MOREIRA, Gilvander. Luta e Resistência Indígena na RMBH cresce e fortalece. **CEDEFES**, 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/luta-e-resistencia-indigena-na-rmbh-cresce-e-fortalece/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

Não é possível tratar grupos entendidos como minoritários como uma entidade monolítica e imutável. Ainda que possam compartilhar algum grau de vulnerabilidade social, cada um terá a sua maneira de se relacionar com a Internet e de utilizá-la como canal de publicização de suas ações. Não é possível falar de um processo único de instrumentalização das tecnologias em prol do bem comum. Antes de tudo, é preciso verificar o que faz sentido para aquela comunidade em específico, de modo que a inovação nunca fique à frente dos acordos e entendimentos internos. No chão dos territórios, não parece haver espaço para discursos tecnosolucionistas, que insistem em colocar a “carroça na frente dos bois”. Nestes espaços, não há lugar para a perspectiva de uma tecnologia como um fim em si mesma, pois a finalidade só se dá a partir do avanço do próprio coletivo unido.

E de que forma a tecnologia pode servir como instrumento de denúncia?

A denúncia é uma ação corriqueira e necessária em um contexto nacional, no qual se vê cada vez mais corriqueiros espaços em que imperam a falta da garantia dos direitos humanos. Nesta parte do encontro, haviam dois pressupostos: o primeiro, que o tema provocaria muitas histórias; e o segundo, que a Internet provavelmente já servia como um relevante veículo de denúncias para muitas comunidades.

Desde o primeiro encontro, Yolis já refletia sobre este tema, ao abordar sobre a retomada de terras indígenas. Ela afirmou que lutar por terra no Brasil é muito perigoso e, para exemplificar, trouxe um relato dos acontecimentos enfrentados pelos moradores da Retomada Terra Mãe, que tem sua ocupação ameaçada por traficantes locais. Antes, sem recursos de acesso à Internet, Yolis e o restante da comunidade não encontravam meios para provar as agressões que vinham sofrendo. No entanto, desde que conseguiram uma antena de acesso à Internet, utilizam a Rede para realizar denúncias no mesmo momento em que as ameaças acontecem.



*“É questão também de saúde, de segurança. É importante tomar essa ferramenta [a internet], **ensinar nossos parentes, para que eles também aprendam.** É uma ferramenta também de trabalho, de comunicação e **de sobrevivência para lutar pelos direitos.**”*

Yolis Lion, liderança do movimento de Retomada Terra Mãe (grifo nosso).

A potente fala de Yolis resgata o papel da denúncia enquanto mecanismo de sobrevivência de povos marginalizados. A Internet vem como uma importante parceira nesse contexto, permitindo ecoar as vozes de resistência para além das fronteiras do território. Tomar para si o uso dessa e de outras tecnologias significa reivindicar a função de autor da própria história, assegurando o protagonismo que os próprios povos precisam ter sobre suas memórias.

Tatiane também falou sobre como, atualmente, muitas pessoas a procuram para fazer levantamentos históricos sobre seu quilombo. Ela sempre questiona a natureza dessas solicitações, perguntando para onde vão as informações e qual o seu propósito. Segundo ela, essa precaução é necessária para evitar apropriações indevidas das histórias e saberes da comunidade, sem respeitar ou valorizar verdadeiramente as tradições e a luta daqueles que vivem ali.

Esses casos ilustram o quanto de habilidades cada comunidade desenvolve para preservar o seu legado e a narrativa sobre o seu passado, presente e futuro.



O rio de que nos une...

Imaginação
cria a situação,
e, então, a situação
cria a imaginação.
Pode ser, é claro,
o contrário,
Colombo foi descoberto
pelo que encontrou.¹⁵
- James Baldwin

15 Tradução livre do original: Imagination creates the situation, and, then, the situation creates imagination. It may, of course, be the other way around: Columbus was discovered by what he found.

Imaginar futuros possíveis é uma capacidade humana única da nossa espécie, mas que tem sido, cada vez mais, privilégio de poucos que não precisam lutar pela subsistência do próprio presente. A luta por moradia digna, por sobrevivência, pela garantia de direitos básicos e tantas outras batalhas são travadas justamente para a busca de um futuro melhor. Um futuro em que as comunidades são potencializadas e têm suas necessidades atendidas.

Abrindo espaço para a necessária prática da imaginação e com um lápis de cor na mão, as lideranças foram convidadas a desenharem seus futuros esperados - uma atividade que frequentemente é deixada apenas para crianças, mas que aciona nossos espaços de imaginação e de sonhar. O papel pardo foi dividido por um rio, traçado no meio do papel, em toda sua extensão: o rio que nos une.¹⁶ Em uma das margens, as pessoas foram convidadas a desenhar a realidade que viviam em suas comunidades: casas, pessoas, saneamento, água, e todos os demais recursos que desejassem ser representados. Na margem do outro lado, no entanto, a proposta era desenhar “a utopia”, como imaginavam o mundo ideal, como desejariam que fosse ou o gostariam que mudasse .



O resultado foi uma diversidade de cores e possibilidades. De um lado, a exposição de grandes lacunas existentes. Do outro, comunidades equipadas com tudo o que era necessário para o seu pleno funcionamento, elementos de acesso à cidadania, a manutenção e preservação de sua cultura, informação, conhecimento, muitas árvores e verde revelando o meio ambiente em alinhamento com o avanço da sociedade, uma justiça que passa a olhar para as injustiças sociais sem os olhos vendados. Todos nós desenhamos aquilo que a radicalidade da nossa imaginação permitiu visualizar como futuro.

16 Metodologia aprendida em oficina com Adriane Gama, especialista amazônica em Educologia, a quem agradecemos pela contribuição no sucesso dessa atividade.

O desenho final também nos leva a refletir como a conversa sobre o acesso à Internet no Brasil atravessa e é atravessada pela história individual de cada grupo, sua cultura, ciência e todos os elementos que constituem a complexidade de uma sociedade ou grupo social. Para uns o acesso à Internet vem com a necessidade de melhorar a educação no território, para outros, como forma de ajudar a combater a fome e melhorar as articulações de seu grupo. Ela também pode representar um jeito de se conectar com os seus semelhantes, espalhados pela cidade; ou pode ser parte do que se entende como o direito fundamental, como o é o direito à moradia e à cidadania plena. Todos esses elementos se conectam numa grande rede, que não se separa e nem se limita aos protocolos e infraestruturas da rede das redes.

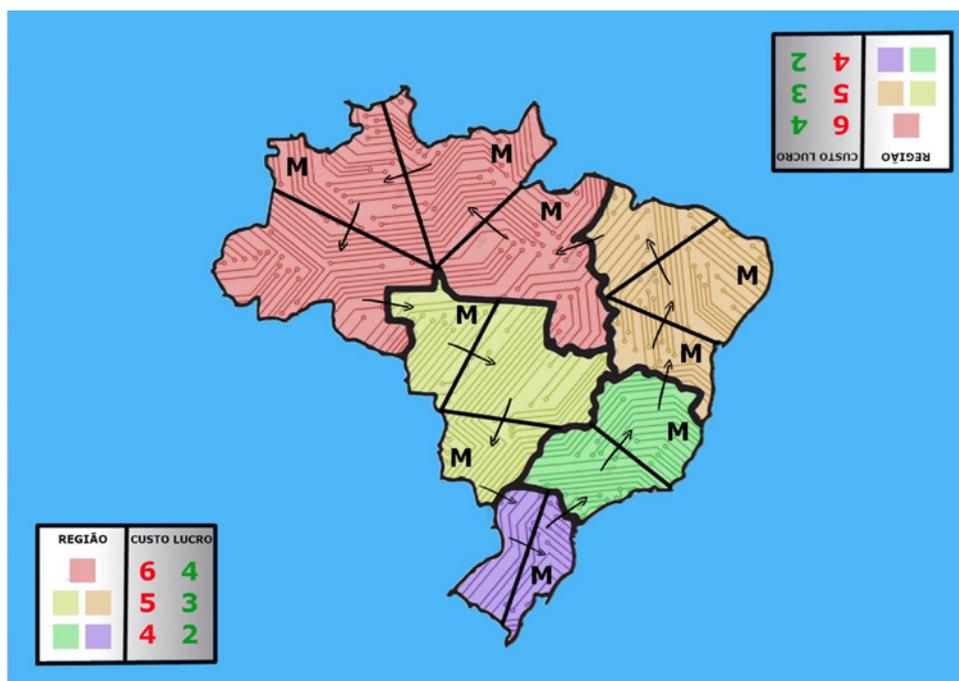
4. A nossa internet tem dono?

'Eu me senti um colonizador, queria conquistar todos os territórios'. Foi assim que Eni começou a sua fala quando terminamos o jogo Redes no Brasil, um jogo de tabuleiro criado pela equipe do IRIS para abordar a infraestrutura de Internet e conectividade no Brasil. A proposta era simples: cada pessoa tinha como objetivo disputar territórios pelo Brasil, sob os quais poderiam investir em infraestrutura de cabos. Entretanto, o jogo foi desenvolvido com a intenção de repensar a lógica mercadológica que recai sobre o provimento de Internet no Brasil, ao mesmo tempo em que os jogadores conheciam e exploravam a dinâmica por trás do funcionamento da infraestrutura física de Internet.

O jogo é uma experiência interativa que simula a relação dos provedores de Internet com as diferentes regiões do país. O objetivo principal, de se investir em infraestrutura para a implementação de serviços de Internet em diferentes regiões do Brasil, é cumprido a partir do acúmulo da maior pontuação possível. O jogo começa com o peão de cada jogador posicionado na região Sul, e ao longo das rodadas vai percorrendo o tabuleiro pelas cinco regiões administrativas do país, correspondentes às atuais regiões geográficas. Para avançar, os jogadores rolam um dado e movem seus peões, decidindo se implementam serviços de Internet nas casas onde param. Essa decisão envolve custos em "clics", a moeda do jogo, mas também traz lucros futuros.

Além disso, os jogadores podem investir em melhorias, aumentando seu impacto social e pontuação. O jogo inclui cartas de sorte, azar e desafio, que adicionam imprevistos e oportunidades, exigindo que os jogadores lidem com situações inesperadas e tomem decisões rápidas. As cartas não servem apenas ao jogo, foram pensadas pedagogicamente, apresentando textos que contam histórias e fatos sobre a Internet de forma lúdica, a fim de promover um maior conhecimento sobre a infraestrutura e funcionamento da Internet, os desafios de acesso e conexão que envolvem o desenvolvimento da tecnologia, e sobre a dinâmica multissetorial própria dos processos da sua governança. Alguns dos temas tratados são, por exemplo, sobre *backbones*, cabos submarinos, Internet móvel, o Fórum da Internet no Brasil, a Escola de Governança da Internet, dentre outros conceitos-chave para o tema.

Imagem do jogo de tabuleiro criado pela equipe do IRIS.



Fonte: autoria própria.

Ao final de cinco rodadas, o vencedor é determinado pela soma de pontos, que incluem os “clics” acumulados e os pontos de impacto social gerados pelas melhorias e desafios resolvidos. Cada “clic” vale um ponto, enquanto cada ponto de impacto social vale dois pontos. O jogo combina estratégia, sorte e conhecimento sobre as dinâmicas regionais, incentivando os participantes a pensar criticamente sobre a expansão e o impacto dos serviços de internet no Brasil.

A fala de Eni se deu justamente pelo fato de ele ter sido o vencedor em um dos dois grupos de lideranças. Com um sorriso bem-humorado no rosto, ele confessou:



*“Olha gente, eu tava me sentindo assim messiânico, megalomaniaco, **colonizador**, queria pegar todos os territórios. Não queria perder dinheiro nenhum, sem dó nem piedade. **É uma brincadeira que faz despertar o significado da fibra óptica, dos megabytes.** E a conectividade, apesar de ela ser forte, não chega em todos os lugares. **Na minha casa, por exemplo, chega no quarto mas não chega na sala, aí eu preciso pagar 30 reais a mais.** Se quiser chegar na cozinha aí é 60 reais. O modem fica piscando igual árvore de natal.”*

Eni Carajá, liderança do movimento de indígenas no contexto urbano (grifo nosso).

A conexão com o que se passa no seu dia a dia indica que o jogo conseguiu fazer com que eles aproximassem de sua realidade os novos conceitos colocados no decorrer do jogo. Maria Cristina, jogadora que menos pontuou, também descreveu se sentir “como o provedor pequenininho”. No entanto, mais do que isso, ela mencionou que o território da sua comunidade é visto como perigoso pelos grandes provedores, os quais têm menos interesse em se instalar na região. Nesses momentos, são os pequenos provedores que decidem entrar nesses territórios e, mesmo assim, podem acabar sendo vistos com desconfiança pelos moradores, por serem menos conhecidos. “Será que a gente passa o nosso CPF pra eles?”, comentou Maria Cristina sobre esse receio inicial.

O valor de pacotes de Internet também foi uma reflexão levantada a partir da dinâmica. Generosa pontuou a Internet como um serviço essencial, que dá acesso a outras possibilidades, como um benefício, um emprego, ou até por ser ela mesma uma ferramenta de trabalho. Por outro lado, o fato de o jogo expor a quantidade de investimento necessária para construir infraestrutura de Internet fez Yolis rever o pensamento sobre custos. Ainda que a universalização da Internet não seja uma realidade, ela ponderou que o seu uso é fundamental para o desempenho de funções básicas do dia a dia, o que justificaria pagar um preço justo aos prestadores deste serviço que viabilizasse a sua implementação no território.

Foi interessante observar a evolução da discussão, que envolvia, no fundo, uma análise sobre a disputa de oferta de serviços de Internet no país e o reconhecimento do seu acesso como um direito fundamental. Frente a opinião de Yolis, a fala de Maria Cristina argumenta que, justamente por ser uma necessidade, a Internet “deveria ser popular, o governo deveria bancar o acesso pras comunidades mais vulnerabilizadas”. Esta seria uma possibilidade caso o texto constitucional reconhecesse a fundamentalidade desse bem,¹⁷ gerando uma responsabilidade ao governo brasileiro de providenciá-la.

Hoje essa perspectiva da Internet como um investimento público não é uma visão de âmbito nacional, mas é uma decisão política a nível local, partilhada por algumas capitais. Em Belo Horizonte, por exemplo, já há pontos de acesso gratuito à wifi, espalhados em alguns lugares públicos. Tatiane também compartilhou com o grupo que, após uma das formações do IRIS com o tema “Internet enquanto direito”, conseguiu, junto à Prefeitura da cidade, a instalação de pontos de acesso de Internet para sua comunidade. Embora lamentavelmente por ainda ser lenta e instável, o acesso à Internet gratuita deu certo no seu território.

Todas essas reflexões foram valiosas para o projeto por dois motivos principais. A primeira é que a estratégia de gamificação teve um retorno positivo dos participantes, instigando-os e levando-os a comparar criticamente a sua realidade, com as situações que eram colocadas enquanto jogavam. Além de se tratar de uma forma de aprendizado

¹⁷ SALLA, Camila Fenalti. **O acesso à internet como um novo direito fundamental em um cenário (pós) pandêmico.** 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022. 101p.

e reflexão mais lúdica e provocativa. O jogo foi desenvolvido exclusivamente para o encontro do grupo de estudos, que depois se engajou em sugestões para a melhoria da sua dinâmica.

Em segundo, porque as reflexões fomentaram uma importante base para as discussões que posteriormente planejamos provocar, sobre Governança da Internet. Ainda que o projeto Saberes em Rede conte com uma segunda etapa, que será exatamente a oferta de um mini curso da Escola de Governança da Internet para lideranças comunitárias de Belo Horizonte, a intenção neste primeiro momento foi introduzir algumas noções básicas, justamente para captar novas ideias sobre formas mais acessíveis de abordar este tema. Neste sentido, ouvir suas percepções sobre o que depreendiam do atual modelo de Governança da Internet no Brasil e o seu funcionamento, foi uma decisão acertada que contribuiu para o processo de construção do mini curso.

A imagem da Internet como uma nuvem, uma rede de redes ou algo que opera invisivelmente bem diante de nossos olhos, costuma esconder uma ampla camada de infraestrutura física exigida para o seu funcionamento. Satélites, cabos submarinos, pontos de troca de tráfego são apenas alguns dos dispositivos e estruturas que permeiam o lado material da rede.

Mas talvez ainda mais incompreendida do que essa camada, seja o complexo sistema que o ronda, e que compõem o imaginário sobre quem tem o poder de “desligar” ou “ligar” a Internet, se é que alguém o teria. A usual expressão “tá sem internet”, que quase certamente todo mundo já deve ter ouvido ou falado, significa, em geral, apenas um problema transitório da operadora de telecomunicação, que acaba refletindo na suspensão do envio do sinal de Internet para um determinado local. Ou seja, uma questão temporária sobre a camada física da Internet.

Mas há muitas outras camadas a serem analisadas até a Internet chegar a nós. Camadas estruturantes para o seu funcionamento, mas também camadas mais subjetivas e políticas. E em torno destas, se forma um complexo sistema composto por uma gama de organizações, governos, instituições de ensino, entre tantos outros atores, públicos e privados, pessoas físicas e ativistas, que se debruçam sobre o funcionamento da Internet, dando conta dos aspectos técnicos necessários para a oferta de serviços nas nossas casas, cidades e países, e que participam da grande engrenagem que envolve as decisões necessárias para tal funcionamento. Ao fim, fato é que essa gestão da Internet pode ser um assunto distante da realidade de muitas pessoas.

Reconhecendo a importância de se revelar quem “segura a Internet na tomada” no Brasil, Cindyneia Cantanhêde e Luiza Mesquita, da equipe de assessoria às atividades do Comitê Gestor da Internet no Brasil, dispuseram-se a desenhar melhor o modelo brasileiro para nossos convidados e convidadas. Começando pela história da Internet,

elas passaram pela sua chegada ao Brasil até a criação do Comitê Gestor da Internet,¹⁸ detalhando como se dá a sua composição,¹⁹ que conta com representantes de todos os setores, inclusive, da sociedade civil.

Maria Cristina, acostumada com processos eleitorais, uma vez que atua também como Conselheira Tutelar, questionou sobre como se dava a eleição desses representantes. Yolis, por sua vez, criticou a estrutura, complementando que pareceria construída de cima para baixo, com decisões tomadas a portas fechadas. "É difícil lutar contra um Comitê de 21 pessoas poderosas", ponderou. Tatiane pareceu traduzir o desconforto compartilhado entre alguns participantes de um certo distanciamento do debate ao afirmar que "quem deveria tomar as decisões são os que mais precisam, não os que já têm poder".

Luiza explicou que as reuniões, na verdade, são integralmente relatadas ao público, por meio de atas públicas no site do CGI.br, e que os membros da sociedade civil do Comitê são eleitos por organizações da própria sociedade civil que se credenciam para o processo eleitoral, mas reconheceu que essa informação ainda não chega para todos. Adicionalmente, Cindy destacou que espaços de debate multissetorial, como o Fórum da Internet no Brasil (FIB), servem como outra instância para a sociedade discutir questões relevantes sobre a Internet no país, e representam oportunidades de maior participação.

Maria Cristina comentou que o terceiro setor tem pouca representação, poucas cadeiras e que sente que o governo tem muito mais poder. Luiza explicou, porém, que, além do governo não ser maioria no Comitê, todo o processo decisório é baseado na busca de consenso, e não no voto, de modo que se parte não estiver de acordo com determinada questão, a decisão não pode seguir adiante, exigindo que o debate seja retomado em reunião quantas vezes forem necessárias, até se chegar num acordo satisfatório.

Os apontamentos trazidos, na verdade, tensionaram em grande parte questões já reconhecidas pelo próprio CGI.br e o ecossistema de Governança da Internet como um todo. O distanciamento dos debates em relação à sociedade, a dificuldade na disseminação de informações, a quantidade de pessoas e organizações que compreendem a dinâmica do processo eleitoral - esses também são motivos que ensejam o presente projeto e os mini cursos da Escola de Governança da Internet no Brasil, os quais têm sido cada vez mais ampliados. Essas iniciativas pretendem construir em conjunto a compreensão sobre como a Internet funciona e como sua lógica atua na sociedade, buscando promover uma formação para emancipação, com o objetivo de que essas lideranças possam integrar o conhecimento partilhado a favor de seu protagonismo. E, por outro lado, servem como

18 COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **CGI.br: Governança multissetorial e pluriparticipativa da Internet no Brasil.** Disponível em: <https://youtu.be/5CD6TPfIIys?feature=shared>. Acesso em: 08 mai. 2025.

19 COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Composição do CGI.br.** Disponível em: <https://www.cgi.br/membros/#:~:text=Composi%C3%A7%C3%A3o%20do%20CGI.br&text=Integram%20o%20CGI.br%2C%209,saber%20em%20assuntos%20de%20Internet>. Acesso em: 4 abr. 2025.

um canal de interação que ajude o Comitê Gestor da Internet a avançar em seu processo de ampliação de participação e engajamento social. Este foi o foco da última dinâmica do grupo de estudos.

5. *“Posso trazer mais uma pessoa da comunidade”? Compartilhando conhecimentos sobre Governança da Internet*

“Posso trazer mais uma pessoa da comunidade”? Esta foi uma indagação feita pelas lideranças para nós em outras capacitações realizadas pelo IRIS. O senso de comunidade sempre se mostrou presente, com os convidados ansiosos por poderem compartilhar os conhecimentos com mais amigos e amigas de seus grupos. Em um mundo tão individualista, a lógica de comunidades fortalece laços e o sentimento de coletivo, fazendo com que o avançar de uma pessoa ressoe para o avançar de tantas outras.

A preocupação que tínhamos desde o início, com o compartilhamento dos saberes sobre Governança da Internet nos moveu para escutá-los mais, sobre formas de envolver a comunidade no tema. Como fazer com que esse assunto chegue a mais pessoas? Como tornar termos técnicos e informações sobre infraestrutura de Internet mais acessíveis? Qual o formato mais adequado para troca de conhecimentos que ofereça suporte para uma atuação informada de grupos vulnerabilizados?

Tais perguntas não devem se confundir com a errática suposição de limitações que recaem sobre esses grupos, senão, pelo contrário, tratam da busca por uma educação com potencial emancipador. Se toda a narrativa trazida neste relatório cuidou de demonstrar o quanto cada comunidade construiu sua própria forma de se relacionar com técnicas e tecnologias, sendo estas digitais ou não, como mobilizar categorias de um conhecimento acadêmico de forma a torná-las mais úteis em seus contextos? Como fizemos até o momento, procuramos responder a essas perguntas com o próprio público. Afinal, quem melhor para conhecer a sua realidade do que aquele que a vive?

Para tanto, os participantes do grupo de estudos foram convidados para um último momento reflexivo. Divididos em duas equipes, o desafio era propor uma dinâmica que acreditavam ser a mais interessante para levar os conhecimentos compartilhados ao longo dos encontros do grupo de estudos para suas comunidades. Eles deveriam responder às seguintes perguntas: a) Qual seria o tema?; b) Que formato seria utilizado para compartilhar o conhecimento?; c) Como as pessoas seriam motivadas a participar?; d) Como o conhecimento seria multiplicado?; e e) Como prenderiam a atenção das pessoas?

A fim de organizar melhor as ideias, elaboramos a tabela abaixo com as anotações feitas pelas lideranças, sobre as quais teceremos algumas considerações na sequência.

Tabela 1 - Respostas à dinâmica sobre formatos de troca de conhecimento sobre governança da internet.

TÓPICO	GRUPO 1: GENEROSA, ROY E YOLIS	GRUPO 2: MARIA CRISTINA, TATIANE E GABRIEL
Tema	<p>“De onde vem a Internet? Como é produzida?” e a história da Internet e das tecnologias nas rodas.</p>	<p>Um módulo didático trazendo a própria realidade do território em que o evento aconteceria. A ideia do conteúdo seria mais dinâmica, tendo como foco principal o que já existe na comunidade. Além disso, a formação tem o objetivo de explorar a extensão do celular e entender todas suas funcionalidades a fim de mostrar o potencial que os membros do território têm à sua disposição.</p>
Que formato vocês utilizariam para compartilhar o conhecimento?	<p>Eles chamariam a comunidade para um encontro em formato de roda de conversa, com lanche e bingo no intervalo. Aconteceria a cada 15 dias, no formato de educação continuada. Yolis respondeu que seria em roda de conversa, ela exemplificou que na comunidade dela não teria estrutura para qualquer outra coisa.</p>	<p>Encontros online via Whatsapp ou outras plataformas de videoconferência.</p>

TÓPICO	GRUPO 1: GENEROSA, ROY E YOLIS	GRUPO 2: MARIA CRISTINA, TATIANE E GABRIEL
Como as pessoas seriam motivadas a participar?	Bingo no intervalo, o prêmio seria relacionado a tecnologia.	Trazer a história da internet, tensionar o que a vinda da internet traz e em quem ela beneficiaria a comunidade.
Como o conhecimento seria multiplicado?	Quem levar um convidado ganha outro prêmio, a fim de incentivar os participantes a multiplicarem o conhecimento.	O grupo não desenvolveu uma estratégia clara de multiplicação de conhecimento
Como você prenderia a atenção das pessoas?	Além de materiais para o lanche e estrutura do encontro, levariam um material sobre tecnologia e comunidade e vídeos sobre os conteúdos. Yolis e Roy disseram que pensaram em passar vídeos sobre os temas e captar a atenção dos participantes, mas não de temas específicos.	Abordar diretamente as conquistas, os feitos e os recursos que possuem na comunidade, pois sentiram que esse é o primeiro passo para sensibilizar as comunidades para os outros assuntos da internet.

A discussão em torno dessa dinâmica foi muito divertida. Os grupos ficaram animados ao ouvir as propostas uns dos outros e foi interessante perceber as principais diferenças entre os formatos. O Grupo 1 focou em uma sugestão mais lúdica, com a proposta de premiar tanto pela participação como quem conseguisse convidar mais pessoas a se juntarem à atividade. A proposta de oferecer um lanche também foi discutida como um atrativo para que a comunidade se engajasse, visto o papel unificador que a comida representa. Eles afirmaram que motivar a participação necessariamente por meio de algum benefício poderia ser frustrante algumas vezes, mas isso foi entendido como um ponto necessário e que não representava menor qualidade no resultado do encontro.

Yolis ressaltou a relevância das questões trazidas por Generosa, sobre a importância do calor humano, e da conexão humana possibilitada por eventos presenciais. A liderança destacou os pontos positivos destes encontros, que podem gerar maior envolvimento do que atividades online., em que as pessoas poderiam se comprometer menos, fazendo o curso enquanto estivessem no banho, cozinhando, ou fazendo outras coisas e deixando a capacitação em segundo plano.



No entanto, foi exatamente uma proposta de curso online que o Grupo 2 propôs. Brincando que não possuíam orçamento para os lanches, Maria Cristina, Tatiane e Gabriel sugeriram encontros via Whatsapp ou por videochamada, ressaltando o papel que esse tipo de tecnologia tem tido para as comunidades ultimamente.

A atividade proposta por eles envolveria um diálogo sobre o que já há de tecnologia na comunidade, pois sentiram que esse seria o primeiro passo necessário para sensibilizar as pessoas para outros assuntos da internet. Um dos módulos didáticos, nesse sentido, seria trazer a própria realidade do território, para então tensionar com a vinda da internet e os benefícios que ela traria para a comunidade, assim como seus desafios. Assim, a formação teria o objetivo de colocar a comunidade na “mesma página”, a fim de compartilhar conhecimento baseado no que cada um já tem de conhecimento sobre a vida.

6. Considerações finais

Existem vivências que não cabem em livros. Não cabem em artigos científicos, em regras da ABNT e muito menos no currículo Lattes. Nós já sabíamos disso, pois nos últimos anos aprendemos mais com as lideranças comunitárias de Belo Horizonte e região metropolitana do que pudemos ensinar. Identificamos com eles uma potência característica de quem sonha alto com um pé bem cravado na realidade. De quem não apenas imagina, mas constrói novos futuros possíveis ainda que com recursos limitados.

Ao concebermos este grupo de estudos, o objetivo foi exatamente buscar com eles as informações que não conseguiríamos através de formatos tradicionais de pesquisa acadêmica. O pincel capaz de aproximar as fronteiras entre conhecimentos populares e acadêmicos sobre tecnologias digitais e governança da Internet está nas mãos de quem

tem que lidar diariamente com os obstáculos impostos por um sistema capitalista díspar. Aqui, o termo “borrar” adquire um novo significado, capaz não somente de estreitar as distâncias entre o conhecimento formal e popular, mas de efetivamente misturá-los, ao ponto de não sabermos onde começa cada um.

O que esse relatório propõe é a consolidação do que o projeto buscou ao longo de quatro meses com a proposição de grupos de estudos: a co-construção de saberes sobre metodologias alternativas de apropriação tecnológica. Pudemos identificar que o compartilhamento de saberes de e para comunidades se dá muito além da definição de uma metodologia de diálogo ou participação. Esse tipo de atividade envolve afeto, conexão, alimento e reconhecimento mútuo, o que pode ser valorizado tanto por meio de encontros presenciais como online, desde que todas as pessoas (e suas histórias) sejam adequadamente valorizadas.

Apropriar-se tecnologicamente fora de padrões hegemônicos é superar a frieza dos cálculos técnicos e econômicos que talvez façam parte da rotina de um escritório no Vale do Silício. Isso porque no solo indígena, quilombola e periférico é o cálculo da divisão de possibilidades e de multiplicação de conhecimentos que parece prevalecer.



iris

INSTITUTO
DE REFERÊNCIA
EM INTERNET
E SOCIEDADE